

UM PERCURSO ATRAVÉS DA PAISAGEM URBANA MIEIEVAL *

Amélia Aguiar Andrade **

À Prof.^a Iria Gonçalves

O recente crescimento explosivo da maioria das cidades e vilas aliado a destruições irreparáveis apagou ou pelo menos distorceu o traçado medieval de ruas, praças e muralhas. Quanto aos edifícios, apenas sobreviveram até aos nossos dias os de carácter singular e mesmo esses bastante alterados por sucessivas modificações dos padrões dominantes do gosto arquitectónico e decorativo. Da construção corrente, isto é, da casa de morada, praticamente nada restou.

Assim, há que procurar uma topografia desaparecida através de uma documentação normalmente escassa, em muitos casos sem continuidade cronológica e raramente adequada ao esclarecimento da paisagem urbana. A maioria dos documentos disponíveis foi elaborada por razões jurídico-administrativas e por isso privilegia assuntos como a fixação de quantitativos fiscais ou o esclarecimento de questões de propriedade¹. Através deles só muito lateralmente se pode depreender o traçado das artérias de um núcleo urbano, o contorno da muralha ou a exacta morfologia de uma construção². Obtêm-se assim dados obviamente insuficientes e que, na maior parte dos casos, nem sequer podem ser completamente e/ou

* Uma versão oral e simplificada deste texto foi apresentada em Julho de 1987 no Seminário aberto sobre Cidades Medievais Portuguesas, que teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa durante o ano lectivo de 1986-1987.

** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Veja-se, como um exemplo entre outros, *Livro do Almoarifado de Silves (século XV)*, edição de H. Baquero Moreno, Maria José da Silva Leal e José D. Garcia Domingues, Silves, 1984 (doravante *Livro do Almoarifado de Silves*).

² Os factos apontados justificam as omissões na reconstituição urbana que podem ser detectadas nas monografias sobre cidades e vilas medievais portuguesas já elaboradas. Cf. Maria Ângela Vieira da Rocha Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, 1980; Amélia Aguiar Andrade, *Ponte de Lima: o espaço e as gentes (sécs. XIV-XV)*, diss. mestrado dact., Universidade Nova, Lisboa, 1985; Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval — Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.º 9-10, Lisboa, 1987, e Manuela dos Santos Silva, *Óbidos Medieval — Estruturas urbanas e administração concelhia*, diss. mestrado dact., Universidade Nova, Lisboa, 1987.

confirmados pela pesquisa arqueológica: espaços vivos, as cidades só deixam explorar o seu passado em áreas restritas³.

O re-encontro com a paisagem urbana medieval raramente pode então ser total. Antes adquire a forma de uma aproximação, em certos pontos luminosa e circunstanciada e noutras vaga e obscura⁴. Tal como acontece com o percurso através do mundo urbano que este texto vem propor e que observa a cidade com os olhos de um forasteiro procurando entender-se num espaço ainda sem placas toponímicas⁵. Percurso de reconhecimento procura destacar o que há de comum na topografia dos núcleos urbanos do Portugal medievo. Como todos os percursos, este constitui apenas uma sugestão, a abandonar ou a prosseguir mas com limites inevitáveis. Antes de mais a sujeição a uma cronologia dominante — a Baixa Idade Média — porque, em resultado do crescente protagonismo dos núcleos urbanos no Ocidente europeu, o volume de informação disponível torna-se incomparavelmente maior e quantitativamente mais rico⁶. Por outro lado, é preciso não esquecer que a irregularidade da distribuição geográfica dos dados até agora obtidos reduz as possibilidades de estabelecimento de contrastes e/ou analogias regionais enriquecedoras do percurso proposto⁷. Enunciados os objectivos, clarificadas as limitações, pode-se então iniciar a jornada.

*

* * *

O viajante medieval mesmo quando percorria um itinerário desconhecido sabia sempre quando se estava a aproximar de um núcleo urbano. Os seus olhos experientes, habituados a lerem as linhas da natureza, nunca o enganavam, pois o espaço em torno das cidades e vilas era sempre diferente.

A monotonia de um horizonte de florestas, searas e dispersos aglomerados rurais⁸ que até agora tinha acompanhado a sua caminhada cedia lugar a uma

³ Vejam-se os comentários de Francisco Sande Lemos sobre a dificuldade de levar a efeito trabalhos de arqueologia urbana em Portugal e inseridos no seu trabalho «Arqueologia urbana em 1983: propostas de trabalho para a zona norte», in *Arqueologia*, n.º 10, Porto, Dezembro de 1984, 63-70.

⁴ O que pode facilmente ser constatado em qualquer dos trabalhos citados na nota n.º 1.

⁵ Jean Pierre Leguay, *La Rue au Moyen Âge*, Rennes, 1984, 97.

⁶ Vd. A. H. de Oliveira Marques, «Cidades Medievais Portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 9, Janeiro-Junho, 1982, 1-16.

⁷ Para a elaboração deste texto raramente se utilizou documentação inédita, mas sim a que se encontra publicada, como é o caso do já citado *Livro do Almoarifado de Silves*. A maioria dos elementos utilizados foi retirada de monografias entretanto realizadas bem como de estudos parcelares sobre o mundo urbano, que começam, felizmente, a multiplicar-se. Devedor de todos esses trabalhos, este texto sujeita-se naturalmente às suas cronologias e à sua irregular distribuição pelo espaço territorial português.

⁸ Tipo de paisagem mais característico do mundo rural medieval (Cf. B. H. Slicher Van Bath, *História Agrária da Europa Ocidental (1500-1850)*, Lisboa, 1984, 174, ou como dizia Costa Lobo com uma ponta

paisagem de verdes mais intensos e com uma presença humana evidente. Prelúdio do versátil e sedutor mundo citadino, esse espaço periurbano próximo⁹ subordinava-se aos seus interesses e necessidades, ganhando, por isso, aspectos variados que o caminhante não podia deixar de notar.

As manchas florestais desapareceram, arredadas para longe¹⁰ pela penetração destrutiva de caminhos e homens em busca de madeira¹¹, pedra¹² e mais raramente de metais¹³ destinados a satisfazer as cidades próximas sempre ávidas de materiais para a construção e reparação de edifícios, para manter acesos fornos e forjas ou assegurar o fabrico de utensílios de uso quotidiano¹⁴.

Por seu lado a paisagem agrária transformou-se. As vinhas que começavam a alternar com as terras de pão tornavam-se mais frequentes para logo vizinharem com áreas de pasto e sobretudo com hortas e pomares¹⁵. Uma organização de

de exagero: «Nos princípios do século XV, Portugal pôde descrever-se como um vasto matagal, entresachado, áfora algumas cidades e villas, de pequenas povoações, circundadas de breves arroteias», in *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, ed. Rolim, Lisboa, s./d., 7.

⁹ Herdada da geografia, esta designação genérica é proposta por Jean-Pierre Leguay para a área que rodeia os centros urbanos medievos até à distância máxima de 4,5 km (cf., do autor, «Le paysage péri-urbain au XV^e siècle: l'aspect et le rôle de la campagne voisine dans la vie des cités bretonnes au Moyen Âge», in *Mémoires de la Société d'Histoire et d'Archéologie de Bretagne*, tome LVII, 1980, 64) e parece-nos perfeitamente adequada à zona envolvente das vilas e cidades medievais portuguesas. Veja-se, por ser o primeiro caso estudado entre nós, Maria José Lagos Trindade (com Jorge Gaspar), «A utilização agrária do solo em torno de Lisboa na Idade Média e a teoria de Von Thünen», in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, 1981, 231-240. Apesar de mais recuada cronologicamente, veja-se a análise de Gérard Pradalié, «Occupation du sol et cultures autour de Coïmbre au XII^e siècle», in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas, II — Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, 79-87.

¹⁰ Consultem-se os estudos citados na nota anterior e ainda o sugestivo mapa da zona periurbana de Besançon inserido na obra de Roland Fiétier, *Recherches sur la banlieue de Besançon*, Besançon, 1973, 81.

¹¹ Cf., como exemplo, ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), *Chancelaria de D. Fernando*, livro I, fol. 80, publicado in *História Florestal, Aquícola e Cinegética*, volume I (1208-1483), Lisboa, 1980, 131, e também Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*, vol. I, Coimbra, 1983, 195-203.

¹² «Jtem diziam que arredor da dicta cidade ha alguus que teem pedreiras em suas herdades as quazas dizem que som compridoiras pera o muro que se ora faz na dicta cidade [...]», Capítulos especiais de Lisboa apresentados nas Cortes de 1361 publicados em *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, 1986, 101 (doravante *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I*). Veja-se também, entre outros exemplos, *Livro do Almojarifado de Silves*, 39.

¹³ Vd. Jean-Pierre Leguay, «L'approvisionnement des chantiers bretons en matériaux de construction aux XIV^e et XV^e siècles», in *Pierre et métal dans le bâtiment au Moyen Âge*, Paris, 1985, 33-42.

¹⁴ Como um exemplo significativo veja-se a queixa apresentada pelo concelho de Santarém nas cortes de 1331 e publicada em *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa, 1982, 93 (doravante *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV*).

¹⁵ Cf., entre outros, Maria José Lagos Trindade, *ob. cit.*, 235-236. Nestas áreas também se cultivavam, por vezes, plantas têxteis como o linho e o cânhamo, cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *ob. cit.*, 185-187. No Algarve, na zona periurbana, podiam-se encontrar plantações de esparto e até roseirais. Cf. Maria Ângela Beirante, «Relações entre o homem e a natureza nas mais antigas posturas da Câmara de Loulé (séculos XIV-XV)», in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1987, 235-236.

culturas que traduzia o apelo ordenador do consumo urbano gerado por uma cada vez maior difusão de uma dieta alimentar que não dispensava o vinho, a carne e uma variedades razoável de legumes frescos e frutas ¹⁶.

Um cenário rural tendencialmente uniforme e repetitivo ¹⁷ onde, todavia, condicionalismos naturais podiam introduzir variantes que os olhos avisados do nosso viajante percebiam de imediato. Assim, se as vinhas e hortas predominavam no húmido e chuvoso Noroeste ¹⁸, o mesmo não acontecia a sul do Mondego, onde o vinhedo se associava com frequência ao olival ¹⁹ ou ao ferragial ²⁰. No Algarve eram as árvores de fruto, especialmente as figueiras que, acompanhadas pelos vinhedos, anunciavam a proximidade dos núcleos urbanos ²¹.

Manta de retalhos ²², ora tecida em verdes primaveris ou em amarelos outonais, pontilhavam-na dispersas habitações camponesas ²³, uma ou outra aldeia ²⁴ e construções que abrigavam estruturas auxiliares da produção agrícola como os lagares e adegas ²⁵, os celeiros, as noras — numerosas no Sul, onde a memória da presença

¹⁶ Vd. *La Ville Médiévale des Carolingiens à la Renaissance* (dir. J. Le Goff), vol. II de *Histoire de la France Urbaine* (dir. G. Duby), Paris, 1980, 260-261, e A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1987, 464-465.

¹⁷ Trata-se de um cenário comum aos núcleos urbanos do Ocidente europeu no período cronológico considerado. Cf. Jean-Pierre Leguay, «Le rôle de la zone péri-urbaine dans l'approvisionnement des villes armoricaines au Moyen Âge», sep. de *L'approvisionnement des villes de l'Europe Occidentale au Moyen Âge et aux Temps Modernes*, Flaran, 1983, 193-194.

¹⁸ Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 111-114.

¹⁹ Veja-se, por exemplo, o caso de Santarém cartografado por Maria Manuela Tavares dos Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde no seu trabalho «Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média», in *1383/1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV. Jornadas de História Medieval — Actas*, Lisboa, 1986, 77.

²⁰ Vejam-se os casos de Évora e Loulé respectivamente em Bernardo João da Silveira de Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, prova de aptidão científica dact., Lisboa, 1986, 86, e Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 233. E também os casos de Elvas e Beja apontados por Iria Gonçalves em *O Temporal do Mosteiro de Alcobaca nos Séculos XIV e XV*, diss. dout. dact., Lisboa, 1984, 112.

²¹ Cf. Silves, Loulé e Albufeira respectivamente em *Livro do Almoxarifado de Silves*, 40 (entre muitas outras referências); Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 234, e ANTT, *Ordem de Avis*, n.ºs 757 e 737, transcritos por Maria Cristina Cunha e Maria Cristina Pimenta no seu trabalho «A Comenda de Albufeira na Ordem de Avis nos inícios do século XV: Breve Abordagem», in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1987, 336 e 339.

²² Os quadros das dimensões e áreas das vinhas e ferragiais da zona periurbana de Évora elaborados por Bernardo Vasconcelos e Sousa são especialmente elucidativos dessa situação. Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 114-116, 119 e 121-122. Veja-se também para o caso de Santarém os dados fornecidos por Maria Manuela dos Santos Silva e Manuel Sílvio Conde, *ob. cit.*, 78-83.

²³ Veja-se, como um exemplo entre outros, o já citado *Livro do Almoxarifado de Silves*, 37.

²⁴ Cf. Maria José Lagos Trindade, *ob. cit.*, 236; Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval ...*, 164-172; Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 90-91.

²⁵ Vejam-se, entre diversos outros, os casos apontados por Maria Helena da Cruz Coelho, *ob. cit.*, 231-233; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 150, e Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 169.

islâmica era ainda intensa²⁶ — e principalmente moinhos e azenhas que bordejavam riachos, ribeiros e até rios²⁷. Mais raros, os moinhos de vento²⁸ constituíam um marco na paisagem suficientemente singular para deixar um rasto toponímico que ultrapassava, por vezes, a sua existência real²⁹. Rasgavam-na ainda múltiplos caminhos vicinais³⁰ nascidos de serventias diárias que, ligando-se às estradas principais, encaminhavam o olhar do viajante para uma monumental construção de pedra que, cada passo andado, se afirmava como protagonista do seu horizonte visual³¹.

Para qualquer forasteiro a muralha e as torres que, em maior ou menor número, nela se incorporavam³² constituíam o primeiro e mais claro sinal da presença de um núcleo urbano, pois raros eram os que não usufruíam da tranquilidade dessas grossas paredes³³. Muros que anunciavam um espaço diferente mas que por agora o defendiam dos olhares de quem se aproximava retardando o tão desejado momento de encontro³⁴. Na verdade, acima da linha de fortificação apenas se vislumbrava

²⁶ Cf., entre outros, Maria Ângela Beirante, «Relações entre o homem e a natureza...», 233, e *Livro do Almoarifado de Silves*, 37.

²⁷ Os exemplos são abundantes, podendo citar-se os de Sintra (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV*, 99), Silves (*Livro do Almoarifado de Silves*, 39, 54-55), Óbidos (Manuela dos Santos Silva, *ob. cit.*, 92) e Leiria (P. Luciano Coelho Cristino, «A vila de Leiria em 1385», in *Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, 1986, 205-206). Trata-se de uma situação comum à maioria dos núcleos urbanos do Ocidente europeu, cf. Jean-Pierre Leguay, «Le paysage péri-urbain au XV^e siècle...», 118.

²⁸ As primeiras menções a moinhos de vento no Ocidente europeu datam apenas de finais do século XII e a sua difusão na Europa meridional pode fixar-se nos dois séculos seguintes. Cf. L. White, *Tecnología medieval y cambio social* (versão castelhana da edição inglesa de 1962), Buenos Aires, 1973, 104-105.

²⁹ Era o caso do topónimo Moinho de Vento nos arredores de Santarém. Cf. Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval...*, 158.

³⁰ As parcelas cultivadas eram frequentemente cortadas por caminhos que podiam servir-lhe de confrontação (cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 79 — Quadro IV — Confrontações de prédios rústicos). Assinalem-se ainda as referências a «camjnho que uay per antre anbalas augas» e a courela de vinha que «emtesta com o camjnho do conçelho» registadas, entre outros, no *Livro do Almoarifado de Silves*, 37 e 45.

³¹ Julio Caro Baroja, «Los nucleos urbanos de la España cristiana medieval», in *Paysages y ciudades*, Madrid, 1984, 161.

³² Atente-se em alguns exemplos: a muralha de Ponte de Lima tinha oito torres (Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 9), a de Guimarães apenas quatro (Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite na Guimarães Medieval, 1376-1520*), diss. mestrado dact., Porto, 1987, 63), e a de Óbidos apenas duas (Manuela dos Santos Silva, *ob. cit.*, 37); a variabilidade do número de torres era generalizada. Cf. Pierre Lavedan e Jeanne Huguency, *L'Urbanisme au Moyen Âge*, Genève, 1974, 136-140.

³³ Nas palavras de Jacques Le Goff: «Et pourtant la muraille fut l'élément le plus important de la réalité physique et symbolique des villes médiévales», *ob. cit.*, 198. Com efeito, num texto como o do *Numeramento de 1527*, que regista informações de natureza similar sobre onze vilas e duas cidades do Entre Douro e Minho, constata-se apenas duas vilas — Amarante e Vila do Conde — sem uma muralha protectora. Cf. «Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século», edição de A. Braamcamp Freire, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. III, 243-273.

³⁴ A partir do século XIII o fascínio do homem medieval pelos núcleos urbanos era inegável. Vd. Jacques Le Goff, «The Town as an Agent of Civilization», in *The Fontana Economic History of Europe — The Middle Ages*, London, 1981, 78-79.

uma ou outra torre de igreja ou, se a cidade ou vila se implantava em sítio acidentado, algum casario disperso por colinas que um castelo ou outra construção assinalável rematava ³⁵.

Avara em desvendar-se antes de franqueadas as entradas, a cidade continuava, no entanto, a depor no trajecto do caminhante alguns sinais da sua presença iminente. Na verdade, quase parecia querer prepará-lo para o que ia encontrar no interior das muralhas: um mundo palpitante mas contraditório, que tanto se podia mostrar repulsivo como pleno de seduções ³⁶. Assim, a repulsa era óbvia perante a silhueta infamante da força ³⁷, os nauseabundos pelames ³⁸ onde trabalhavam homens sujos e desprestigiados ³⁹ ou a gafaria onde os leprosos expunham as chagas para melhor indução da dádiva do passante ⁴⁰. Imagens de horror depressa substituídas pela animação contínua e laboriosa ⁴¹ que se desenvolvia em torno das cada vez mais fragmentadas parcelas hortícolas que ocupavam todo o terreno disponível, chegando a invadir os fossos exteriores à muralha ⁴².

³⁵ Estavam no primeiro caso os castelos de Guimarães (Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 63), Óbidos (Manuela dos Santos Silva, *ob. cit.*, 24) e Santarém (Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 29-30). Por seu lado, Vila do Conde, sem muralha, era dominada pelo «[...] mosteiro das freyras que estaa çerquado sobre hũu alto [...]», in «Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século» ..., 261. Vejam-se ainda as considerações de Julio Caro Baroja, in «La interpretación histórico-cultural del paisaje», in *ob. cit.*, 13-62.

³⁶ Jacques Le Goff, *La Ville Médiévale des Carolingiens à la Renaissance*, tomo II de *Histoire de la France Urbaine* (dir. Georges Duby), Paris, 1980, 392.

³⁷ Vd. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 122-123 (nota n.º 130).

³⁸ Veja-se, como um exemplo, entre outros, esta decisão da vereação de Lisboa: «Outrosy mamdarom que nam seja nenhũ tam ousado que lance coyros verdes nem sequos a enxugar nem a sequar em nenhũa parte da çidade dos muros adentro e aquelles que os enxugar quiserem que o façam arredor da çidade fora dos muros [...]», in *Livro das Posturas Antigas* (edição de Maria Teresa Campos Rodrigues), Lisboa, 1974, 142. Os pelames localizavam-se no exterior das muralhas de Ponte de Lima (Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 118), de Guimarães, onde a rua de Coiros se localizava fora da muralha (Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 76) e Santarém (Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 109). Esta solução era frequente noutras regiões europeias. Cf. Jean-Pierre Leguay, *Un Réseau Urbain au Moyen Âge: les villes du Duché de Bretagne aux XIV et XV siècles*, Paris, 1981, 235-236.

³⁹ Sobre os curtidores recaía o tabu da impureza e da sujidade que os desclassificava na sociedade medieval. Cf. Jacques Le Goff, «Profissões lícitas e profissões ilícitas no Ocidente Medieval», in *Para um Novo Conceito de Idade Média — tempo, trabalho e cultura no Ocidente*, Lisboa, 1979, 87.

⁴⁰ Vd. José Mattoso, «Sociedade cristã e marginalidade na Idade Média. A Gafaria da Senhora do Monte», in *Portugal Medieval, novas interpretações*, Lisboa, 1985, 130. Além de Santarém, também noutras localidades a leprosaria se localizava fora de portas, como em Ponte de Lima (Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 117-118) ou em Óbidos (Manuela dos Santos Silva, *ob. cit.*, 79-80).

⁴¹ A natureza das culturas aí praticadas exigia a presença assídua do seu cultivador (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 103-104), que quase sempre habitava o espaço intramuros: vd. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 113, 118, 181-182, e Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 161-169. Consulte-se ainda, como um caso exemplarmente analisado, Arlette Higounet-Nadal, «Périgueux et sa campagne aux XIV^e et XV^e siècles», in *Recherches sur l'histoire de l'occupation du sol du Périgord*, Paris, 1978, 111-124.

⁴² Jean-Pierre Leguay, «Le paysage péri-urbain au XV^e siècle [...]», 91. Veja-se o exemplo de Silves em *Livro do Almojarifado de Silves*, 38, e o de Ponte de Lima em Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 180.

Mas o olhar do viajante confrontava-se a cada momento com novas solicitações, tornando-se difícil abarcar todas as mudanças da paisagem que o rodeava. Muito próxima, a muralha agigantava-se, deixando adivinhar as paredes espessas, marcadas por uma reconstrução ainda recente⁴³ ou por amudadas reparações⁴⁴. O caminho ou calçada — o acesso aos núcleos urbanos medievais exigia quase sempre o esforço suplementar de uma subida mais ou menos íngreme⁴⁵ — ladeava-se de construções destinadas simultaneamente a morada e a local de trabalho. Cerradas umas contra as outras, em fiadas compactas⁴⁶, numa disposição que contrastava com o costumeiro aspecto disperso das casas aldeãs⁴⁷.

Na verdade, o forasteiro atravessava um espaço já com características urbanas. Quer tivesse a forma alongada de prolongamento de uma artéria que vinha do interior da muralha⁴⁸ quer se desdobrasse por um dédalo de ruas e ruelas⁴⁹, o arrabalde precedia quase todas as vilas e cidades⁵⁰. Alguns recém-chegados julgar-se-iam

⁴³ O Ocidente europeu conheceu no século XIV um movimento generalizado de reconstrução de muralhas, vd. Pierre Lavedan e Jeanne Hugueney, *ob. cit.*, 23. Em Portugal, cidades e vilas como a Guarda, Guimarães, Óbidos e Ponte de Lima contam-se entre as que conheceram obras de vulto nas suas muralhas. Cf., respectivamente, Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 36; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 12; Manuela dos Santos Silva, *ob. cit.*, 43, e Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 8-9.

⁴⁴ Reparções que tanto podiam ser pequenos restauros, como aconteceu em Loulé em 1450 (vd. Iria Gonçalves, «Despesas da Câmara Municipal de Loulé em meados do século XV», in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1987, 190), ou obras de vulto que ultrapassavam as possibilidades do concelho, como sucedeu no Porto em 1401 com a queda de uma «peça do muro» (cf. *Vereações. Anos de 1401-1449*, Porto, 1980, 36-37).

⁴⁵ Embora não seja regra, muitos núcleos urbanos medievais situavam-se em locais elevados. Estavam nessa situação casos bem conhecidos como Santarém, Porto, Lisboa, Óbidos, etc.

⁴⁶ Esta disposição das construções era comum aos arrabaldes e ao espaço intramuros, (cf. respectivamente, apenas como exemplo, *Livro do Almoarifado de Silves*, 33-35, e José Marques, «A Confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)», in *Revista da Faculdade de Letras — História*, II série, vol. I, Porto, 1984, 85-90. Atente-se que Max Weber considerava esta disposição das construções como específica dos núcleos urbanos. Cf. Max Weber, *La Ville* (tradução francesa do original alemão de 1947), Paris, 1982, 17.

⁴⁷ Veja-se como um exemplo, e enquanto não dispomos de estudos semelhantes para Portugal, J. M. Pesez, «L'habitation paysanne en Bourgogne Médiévale», in *La Construction au Moyen Âge*, Paris, 1973, 232.

⁴⁸ Cf. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 76, e Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 20 (este datando já do século XVI).

⁴⁹ Como acontecia de uma forma evidente em Santarém (Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 21 e 105-152) ou na Guarda (Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 31, 87-88).

⁵⁰ Encontram-se referências a arrabaldes medievais para vários centros urbanos: Guimarães (Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 76); Braga (cf. José Marques, *Braga nos finais da Idade Média*, Braga, 1983, 12); Porto (cf. Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, «Documentação Medieval do Arquivo Paroquial de S. Pedro de Miragaia», in *Boletim Cultural*, 2.ª série, vol. 2, Porto, 84); Guarda (Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 31); Santarém (Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 21); Óbidos (Manuela dos Santos Silva, *ob. cit.*, 37); Silves (*Livro do Almoarifado de Silves*, 33-36) e Loulé (*Actas das Vereações de Loulé*, vol. I, Loulé, 1984, 59). Importa ainda assinalar que o re-amuralha-

mesmo em pleno núcleo urbano tal era a animação das actividades comerciais e artesanais e a monumentalidade e/ou especificidade de certas construções. Não tinha um dos arrabaldes de Santarém igreja paroquial, hospital, açougues e estalagem⁵¹?

Mas retomemos a companhia experiente do nosso parceiro de jornada que não se tinha deixado iludir pelo bulício do arrabalde. Atento, tinha-se apercebido da presença de um mosteiro de construção mais ou menos recente, de traça bem diferente da que lhe era familiar nos edifícios religiosos que de onde em onde balizavam os campos que tinha atravessado⁵². Nele se albergava uma comunidade que procurava o despojamento total, que invocava o exemplo de Francisco, Clara ou Domingos, que antes de se tornarem santos tinham sido habitantes de outras cidades. O mundo urbano parecia-lhes o terreno mais necessitado da sua mensagem pastoral e por isso tinham virado as costas ao campo, preferindo a proximidade das cidades e acabando por agir como pólos aglutinadores da instalação de gentes que os espaços intramuros não podiam conter⁵³. A associação mendicantes-arrabalde era pois facilmente reconhecível e constituía quase uma regra para as cidades da Baixa Idade Média⁵⁴. E que em Portugal encontrava as suas excepções no Entre Douro e Minho⁵⁵.

Mas se os mendicantes tinham escolhido voluntariamente o seu local de instalação, o mesmo não se podia dizer dos muçulmanos que, vencidos e agora minoritários, tinham sido constrangidos a aceitar a tolerante sombra exterior da muralha das cidades e vilas da comarca de Odiana e do reino do Algarve⁵⁶. A mou-

mento sofrido por Évora no século XIV incluiu no novo perímetro amuralhado quatro arrabaldes da centúria anterior (informação da Dr.^a Ângela Beirante, que muito agradecemos).

⁵¹ Cf. Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 21 e 105-152.

⁵² A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. I, *Das origens às revoluções liberais*, Lisboa, 1973, 151.

⁵³ O que era condensado no dístico transcrito por Jacque Le Goff: «Bernard aimait les vallées, Benoît les montagnes, François les bourgs, Dominique les villes populeuses», in *La Ville Médiévale ...*, 235.

⁵⁴ Jacques Le Goff, *ob. cit.*, 236-239. Um dos exemplos mais interessantes da instalação mendicante em volta dos núcleos urbanos era o caso de Santarém com quatro mosteiros anunciadores da vila: S. Domingos dos Frades, S. Domingos das Donas, S. Francisco e Santa Clara (cf. Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 21 e 121). Vejam-se ainda os casos de Guimarães (Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 76), Guarda (Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 31), Loulé (*Actas das Vereações de Loulé ...*, 38) e a situação deveras expressiva de Vila do Conde, senhorio do Mosteiro de Santa Clara, que lhe era sobranceiro (José Marques, *A Administração Municipal de Vila do Conde em 1446*, prova compl. de dout. dact., Porto, 1981, 8-9). Para uma visão de conjunto da implantação franciscana em Portugal consulte-se José Mattoso, «O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas», in *Portugal Medieval, Novas Interpretações*, Lisboa, 1985, 329-346.

⁵⁵ Durante muito tempo existiram conventos mendicantes apenas em Guimarães e Porto. Veja-se José Marques, «Os Franciscanos no norte de Portugal nos finais da Idade Média», in *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol. I, 1982, 149-189, onde as razões desta ausência são explicitadas.

⁵⁶ De acordo com o mapa elaborado por Maria José Ferro Tavares, as únicas comunas de mouros localizadas a norte do Tejo eram as de Santarém, Alenquer e Lisboa. Todas as restantes se situavam

riaria para quem a avistava ou mais raramente atravessava distinguia-se menos pela sua topografia — que em escala reduzida seguia de perto a de qualquer outro arrabalde⁵⁷ — mas sim por um quotidiano de usos e vestires estranhos⁵⁸ pautado pela presença vigilante da mesquita⁵⁹. Mas, nos finais da Idade Média, a intolerância cristã reduziu a visão da mouraria a um anel de pedra que a escondia dos olhares dos passantes⁶⁰. Mas pouco havia então para ser visto, os arrabaldes mouros esvaziavam-se, pois era cada vez maior o número dos que preferiam fugir para «além mar»⁶¹.

A experiência, todavia, tinha ensinado ao viajante que nem sempre era preciso atravessar um arrabalde ou galgar uma calçada para chegar a uma cidade ou vila⁶². Muitas delas situavam-se na margem de um rio e por isso o último troço do percurso tinha de fazer-se na barca de passagem⁶³ — raras, as pontes ainda constituíam motivo para admiração⁶⁴ — que o depositava no cais da ribeira, entre a agitação da descarga de mercadorias e pescado ou da partida de outras embarcações⁶⁵.

Independentemente do caminho escolhido, desembocava-se sempre na porta de entrada, que se mantinha aberta desde madrugada até depois do toque das

a sul desse rio. Cf., da autora, «Judeus e Mouros no Portugal dos séculos XIV e XV (tentativa de estudo comparativo)», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 9, 1982, 83.

⁵⁷ Cf. *Livro do Almoarifado de Silves*, 33-36. Saliente-se que estas mourarias possuíam aduana própria (*idem*, 33) e que a presença de olarias era quase obrigatória. Cf. *idem*, *ibidem*, e Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 93-94.

⁵⁸ Sobre as características específicas do vestuário dos mouros consulte-se «Dos trajos, que hão de trazer os Mouros», título CIII do vol. II das *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, 1984 (edição fac-símile da de 1792), 536-539.

⁵⁹ *Livro do Almoarifado de Silves*, 36.

⁶⁰ Maria José Ferro Tavares, *ob. cit.*, 77. Veja-se uma referência explícita em *Livro do Almoarifado de Silves*, 33.

⁶¹ Cf. *Livro do Almoarifado de Silves*, 37.

⁶² Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 19-20.

⁶³ Referenciadas entre outras para Vila do Conde (José Marques, *A administração municipal ...*, 27), Porto (*Vereações. Anos de 1390-1395*, 45 e 55), Lamego (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV*, 146), Santarém (*idem*, 66), Lisboa (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I*, 57-58), Coimbra (*idem*, 91) e Silves (*Livro do Almoarifado de Silves*, 56).

⁶⁴ Vd. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 2-3 e 52 (nota n.º 1), e C. A. Ferreira de Almeida, «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal», in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média, Actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo I, Lisboa, 1973, 47-48.

⁶⁵ Veja-se a sugestiva recriação do quotidiano da Ribeira de Lisboa elaborada por Iria Gonçalves no seu trabalho «Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média», in *1383/1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV ...*, 59-67. Consulte-se ainda Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 105-119, e *Vereações. Anos de 1390-1395 ...*, 17.

Trindades⁶⁶, a não ser que os tempos fossem de guerra⁶⁷ ou os ares de peste⁶⁸ e aconselhassem a exclusão temporária de estranhos. Inserindo-se quase sempre numa torre alta e poderosa⁶⁹, a porta escondia no aparato das enormes fechaduras a sua fragilidade de ponto de ruptura da muralha⁷⁰, por onde passava, obrigatoriamente, tudo o que, de bom ou de mau, podia perturbar o equilíbrio do mundo intramuros⁷¹.

Mas, em nenhum outro local era tão evidente o contraste entre o interior e o exterior da muralha. As diferenças que o viajante cada vez mais intensamente observava na paisagem à sua volta ganhavam, ao atravessar a porta, formas jurídico-administrativas que reservavam aos habitantes do perímetro amuralhado todas as vantagens e desvantagens da vida urbana⁷². Na verdade, mal assomava à entrada logo os homens do alcaide ou os porteiros do concelho o interpelavam perguntando-lhe quem era, ao que vinha e o que trazia na bagagem⁷³. A sua condição de forasteiro era-lhe pois recordada e desagradavelmente, através do pagamento de taxas ou, em certos casos, pela necessidade de autorização concelhia para uma permanência por mais curta que esta fosse⁷⁴.

⁶⁶ Cf. *Vereações. Anos de 1390-1395 ...*, 131-132. Durante a noite o núcleo urbano não ficava solado do exterior, pois as chaves das diferentes portas e postigos eram entregues a indivíduos que podiam assegurar a sua abertura em caso de necessidade. Cf. *Vereações. Anos de 1401-1449 ...*, 98-100.

⁶⁷ Em momentos de perigo iminente de guerra, como aconteceu em Loulé em 1384, as muralhas eram significativamente alteradas e reforçadas e chegava-se a pôr a hipótese de destruição do arrabalde exterior. Cf. *Actas das Vereações de Loulé ...*, 46, 51-54 e 59.

⁶⁸ Atente-se ao pânico que se apossou de Vila do Conde durante um surto localizado de peste em 1446. Cf. José Marques, *ob. cit.*, 37-41.

⁶⁹ Assim acontecia (entre outros exemplos possíveis) em Ponte de Lima (Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 9-11), Guimarães (Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 68), Guarda (Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 36-38), Santarém (Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 63, 81) e Loulé (*Actas das Vereações de Loulé ...*, 51). Há ainda que assinalar que nas muralhas também se encontravam outros pontos de ruptura, mas de menores dimensões: postigos (*Idem*, *ibidem*).

⁷⁰ Cf. Jacques Heers, «Conclusions», in *Fortifications, Portes des villes, places publiques, dans le Monde Méditerranéen*, Paris, s.l.d., 328.

⁷¹ Vd. Jacques Le Goff, *ob. cit.*, 210-211.

⁷² A condição de vizinho de um núcleo urbano só se obtinha depois da satisfação de certas condições, como a de residência efectiva (Vd. Maria del Carmen Carlé, «La casa en la Edad Média Castellana», in *Cuadernos de Historia de España*, LXVII-LXVIII, 1982, 174), e que era objecto de apertada regulamentação e vigilância da vereação. Cf. José Marques, *ob. cit.*, 36-37, e *Vereações. Anos de 1390-1395 ...*, 112-115. Um exemplo concreto das vantagens de vizinho pode ser lida em *Vereações. Anos de 1401-1449 ...*, 412-413.

⁷³ Veja-se, e apenas como exemplo, entre muitos outros, *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV*, 61.

⁷⁴ Assim acontecia com os privilegiados em núcleos urbanos como Ponte de Lima e Porto. Cf., respectivamente, Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 92, e *Corpus Codicum Latinorum ...*, Livro 2.º de Pergaminhos, vol. VI, fasc. IV, Porto, 1974, 41 e 45. Nesses casos a permanência no núcleo urbano

Para o nosso companheiro de viagem os primeiros momentos no interior da cidade traziam-lhe, antes de mais, uma imagem da paisagem urbana ainda tão sincrética como os múltiplos e indistintos sons e odores que lhe invadiam os sentidos. Mas, fosse qual fosse a área ocupada pela cidade ou vila, a muralha — da qual passava a ter uma visão mais completa — impunha-se outra vez como protagonista do seu horizonte visual, demarcando simultaneamente os limites do espaço intramuros⁷⁵. As torres, interrompendo de onde em onde a regularidade da linha das ameias⁷⁶, deixavam adivinhar a existência de pontos de contacto com o exterior, isto é, portas e postigos semelhantes ao que tinha acabado de franquear⁷⁷. Saídas que apontavam direcções, que ora se esgotavam no sector periurbano próximo⁷⁸, ora se perdiam em destinos afastados⁷⁹. Umhas e outras muitas vezes recordadas por uma toponímia sugestiva, que dava às portas o nome do local para onde se orientavam os caminhos que delas partiam. Não acontecia assim com a porta de Braga em Ponte de Lima, a porta de Leiria em Santarém ou a porta de Faro na vila de Loulé⁸⁰?

Torres, portas e postigos articulavam-se, sem dúvida, com o exterior, mas faziam-no de uma forma ainda mais óbvia com intramuros, uma vez que, conforme a experiência ensinara ao visitante, balizavam as principais artérias do núcleo urbano. Orientando os passos na sua direcção teria a certeza de percorrer as ruas mais movimentadas e de atravessar o centro da urbe⁸¹.

Mesmo quando a cidade ou vila se estendia por uma superfície considerável ou por um terreno acidentado alguns edifícios não podiam deixar de ser reconhecidos

era decidida em reunião da vereação. Cf., como um exemplo entre outros, o citado por Iria Gonçalves, in *Finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, prov. compl. de dout. dact., Lisboa, 1984, 17.

⁷⁵ Vd. Jacques Le Goff, *ob. cit.*, 198-199.

⁷⁶ Cf. nota n.º 32.

⁷⁷ As portas eram naturalmente os pontos mais vulneráveis da muralha. Daí que a sua associação a uma torre fosse inevitável. Vd. Jacques Le Goff, *ob. cit.*, 210-211. No Portugal medieval essa solução era também utilizada. Veja-se, como um exemplo entre outros, Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 9.

⁷⁸ Assim acontecia em Santarém, em que a Porta de Manços se situava na direcção do lugar do Rego de Manços e o postigo de Vale de Rei dava para o lugar do mesmo nome. Vd. Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 21.

⁷⁹ Veja-se, como um exemplo entre outros, a Porta de Avis na cidade de Évora, in Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 28.

⁸⁰ Cf., respectivamente, Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 9; Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 21, e *Actas das Vereações de Loulé...*, 67. Os destinos marcados pelas estradas a que se ligavam as portas das vilas e cidades, e que eram muitas vezes o motivo da sua designação, quase esboçavam uma rede urbana. Vejam-se, para além dos exemplos citados nesta nota, o da nota n.º 79 e a Porta da Covilhã, registada para a Guarda por Rita Costa Gomes, in *ob. cit.*, 31.

⁸¹ Assim se passava em Ponte de Lima (Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 11-16), Guarda (Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 31), Santarém (Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 21) e Óbidos (Manuela dos Santos Silva, *ob. cit.*, 37).

por qualquer recém-chegado. De dimensões avantajadas, feitos em pedra⁸², destacavam-se de uma construção corrente em que predominavam as casas térreas⁸³ e os materiais modestos e perecíveis⁸⁴.

Associado à muralha, o castelo herdava dela a altura e o aspecto fortificado que o impunha aos olhos do visitante e que simultaneamente lhe conferia uma imagem de autoridade, aparato bélico e também a segurança de uma protecção certa nas horas de perigo⁸⁵. Às vezes, o fulgor das pedras recém-aparelhadas sugeria a sua recente inserção na topografia urbana⁸⁶. Mas, na maior parte dos casos, o castelo tinha acompanhado desde sempre as certezas e incertezas da comunidade que se instalou a seus pés, podendo até ter funcionado como núcleo de origem da vila ou cidade⁸⁷.

Mas se o castelo se distinguiu pelas suas altas e espessas paredes, os templos e mosteiros faziam anunciar a sua presença através das altas torres que se erguiam em direcção ao céu, tal como as preces dos homens que as tinham edificado. Um viajante experimentado saberia, no entanto, distinguir a traça mais complexa de um novo estilo de construção, ainda nos seus primórdios, e que era mais frequente nas claras pedras do Sul do que nos granitos nortenhos⁸⁸. Mas, e o que era mais importante, a presença mais ou menos numerosa destes locais de culto fornecia-lhe o primeiro índice de dinamismo humano das localidades, bem como da riqueza daqueles que a habitavam⁸⁹. Se a procura da intercessão divina fazia os homens erguerem os templos, as suas dádivas tornavam-nos mais belos e ricos, mas sem a sua presença quotidiana não passariam de cenários vazios.

⁸² O que permitiu que a sua sobrevivência até aos nossos dias fosse mais frequente do que a da construção de tipo corrente. Vd. Odette Chapelot, «Avant-propos», in *Pierre et Métal dans le bâtiment au Moyen Âge*, Paris, 1985, 10, e A. L. J. Van de Walle, «Les origines et l'évolution de quelques types d'édifices publics urbains du Moyen Âge en Europe Occidentale», in *Les Constructions Civiles d'Intérêt Public dans les Villes d'Europe au Moyen Âge et sous l'Ancien Régime et leur Financement*, s/l, 1971, 87.

⁸³ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa — aspectos da vida quotidiana*, Lisboa, 1974, 67.

⁸⁴ Apontam nesse sentido os poucos conhecimentos disponíveis sobre a casa de morada dos núcleos urbanos medievais. Cf. Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 69-78; Manuela dos Santos Silva, *ob. cit.*, 131-132; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 384-399, e Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 98-100.

⁸⁵ Pierre Lavedan e Jeanne Hugueney, *ob. cit.*, 37-42.

⁸⁶ Era o caso de Ponte de Lima, cujo castelo, que se integrava perfeitamente na muralha, só começou a ser construído depois de 1464. Cf. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 29-31.

⁸⁷ Em Portugal talvez um dos exemplos mais conhecidos desta situação seja o de Guimarães e do seu castelo.

⁸⁸ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV...*, 432-433.

⁸⁹ Apesar dos óbvios limites à utilização do número de paróquias (e logo de igrejas) como um indicador demográfico, não se pode todavia negar que um número mais elevado de locais de culto correspondia a localidades de maior dinamismo económico e social. Vd. A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, 184 (e nota n.º 4).

Muralhas, torres, castelo e igrejas impunham-se tanto aos olhos do recém-chegado como o som dos sinos se sobrepunha à cacofonia indistinta dos ruídos urbanos. Sons que assinalavam quer as tradicionais horas de Deus⁹⁰ como as «novas» horas dos homens, onde tanto tinha lugar o começo e o fim da jornada de trabalho como se anunciavam os momentos de alegria, de dor ou de perigo⁹¹.

Mas chegou a altura de dar um rosto e um destino ao nosso viajante que até agora tem aparecido sempre como um caminhante sem objectivo, um pouco ao jeito desses infatigáveis colecionadores de paisagens que nos foram legando relatos por vezes interessantes das suas deambulações⁹².

Na Idade Média, e tal como acontece nos nossos dias, demandava-se as cidades por variadas razões, o que se traduzia pela necessidade de calcorrear distintos percursos no interior da muralha à procura do objectivo desejado. Uma vantagem para quem, como nós, pode acompanhar qualquer desses caminhos e assim conhecer melhor a paisagem urbana.

Se a localidade a que tinha chegado era apenas mais uma etapa do seu caminho, o viajante podia simplesmente atravessá-la, pois muitas estradas principais e até secundárias compreendiam troços urbanos que se estendiam entre duas portas de entrada e delineavam uma artéria de intensa ocupação humana⁹³. Que em muitos casos era a rua mais importante do centro urbano como a toponímia registava, ao denominá-la, em certas regiões europeias, de Rua Grande⁹⁴ e em Portugal de Rua Direita⁹⁵.

Mas se o crepúsculo já avermelhava o horizonte ou se a invernia desabava em chuva e vento, o bom senso aconselhava o nosso companheiro de viagem a procurar abrigo. Não teria, no entanto, de se afastar muito da porta por onde entrara e/ou de qualquer das artérias de saída: a estalagem, se bem que nem sempre fosse uma

⁹⁰ Sobre o problema da marcação do tempo na Idade Média e a oposição entre as horas religiosas e laicas consulte-se Jacques Le Goff, «Na Idade Média: tempo da igreja e tempo do mercador», in *Para um Novo Conceito de Idade Média...*, 43-73, e também Luís Krus, «A Vivência Medieval do Tempo», sep. de *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. Oliveira Marques*, vol. I, Lisboa, 1982.

⁹¹ Veja-se, para além da bibliografia citada na nota anterior, as referências concretas inseridas em *Vereações. Anos de 1390-1395...*, 32, 78, 131-132, *Vereações. Anos de 1401-1449...*, 17, 133 e 355, e *Livro das Posturas Antigas*, Lisboa, 1974, 195 e 197.

⁹² Cf. J. Garcia Mercadal, *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, Madrid, 1952.

⁹³ Veja-se, como um exemplo entre outros, Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 14.

⁹⁴ Vd. Jean-Pierre Leguay, *La Rue au Moyen Âge...*, 17, e Fernando Lopez Alsina, *Introducción al fenómeno urbano gallego através de tres ejemplos: Mondoñedo, Vivero y Ribadeo*, Santiago de Compostela, 1976, 54-55.

⁹⁵ Vd. Jorge Gaspar, «A cidade portuguesa na Idade Média: aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional», in *La Ciudad Hispánica durante los siglos XIII al XV*, vol. I, Madrid, 1985, 134.

construção assinalável⁹⁶, situava-se na imediata proximidade desses locais⁹⁷. Se além de andarilho fosse pobre ou doente, encontraria auxílio e tratamento na albergaria ou no hospital que, tal como a estalagem, se localizava no trajecto dos passantes⁹⁸.

Tratando-se de um homem da Igreja, o seu destino seria com certeza a hospitalidade de mosteiros ou igrejas, que lograria atingir orientando-se pelo perfil dos campanários ou pelo toque dos sinos⁹⁹.

Se o seu Deus fosse outro e as suas vestes tivessem os sinais vermelhos que distinguiam os filhos de David¹⁰⁰, o seu caminho seria necessariamente outro. Em Portugal, se bem que as judiarias pudessem ocupar áreas razoáveis¹⁰¹ — em cidades maiores como Lisboa podiam existir duas judiarias¹⁰² —, só raramente eram fechadas, ao contrário do preconizado pelos textos legislativos e do que os povos insistentemente pediam¹⁰³. Nas localidades mais pequenas o espaço reservado aos judeus limitava-se a uma artéria de toponímia óbvia — rua da judiaria¹⁰⁴ — e onde não era incomum encontrar também população cristã¹⁰⁵. Em ambos os casos era

⁹⁶ Não estão ainda disponíveis elementos que permitam concluir que a estalagem se distinguiu das outras casas. Cremos todavia que deveria ocupar uma área mais vasta do que a da habitação comum. Atente-se ao caso da estalagem do concelho do Porto, que parece confirmar esta hipótese. Cf. *Vereações. Anos 1390-1395...*, 106-107.

⁹⁷ Vejam-se, como exemplo, os casos do Porto (*Vereações. Anos de 1390-1395...*, 110) e Ponte de Lima (Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 37).

⁹⁸ Assim acontecia com o hospital da Guarda (Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 31), com as albergarias de Ponte de Lima (Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 37) e algumas das albergarias de Évora (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 28).

⁹⁹ Se se tratasse de um frade mendicante, o mais natural era que tivesse ficado já no arrabalde, pois era aí, como já vimos anteriormente, que se situava a maioria dos conventos mendicantes. Em certos casos, o clérigo ou monge poderia beneficiar do acolhimento de um dos foreiros da instituição a que pertencia (veja-se o seguinte exemplo: «Jtem A casa em que mora Joam de gaja [...] e paga mais aos frades de sam francisco e de sam domjngos quatro libras dantigua e ha lhes dar lenha e cama quando vierem sem djnbro [...]», in Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, XVI). Em localidades defesas à habitação de privilegiados a permanência temporária de homens da Igreja era objecto de regulamentação, tal como acontecia com os nobres. Cf. nota n.º 74).

¹⁰⁰ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, Lisboa, 1982, 23 e 400.

¹⁰¹ Atente-se ao caso da judiaria da Guarda, in Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 31 e 55-57.

¹⁰² Quer Lisboa quer o Porto tinham mais de uma judiaria. Consulte-se, respectivamente, Maria José Ferro Tavares, *ob. cit.*, 54 e 66-67.

¹⁰³ Como um exemplo entre muitos outros possíveis, o citado por Maria José Pimenta Ferro Tavares, *ob. cit.*, 55.

¹⁰⁴ Assim acontecia em Ponte de Lima (Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 9), Guimarães, (Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 68) e na Guarda (Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 31) entre muitos outros exemplos, pois, como demonstrou Maria José Ferro Tavares, os judeus estavam presentes praticamente em todos os núcleos urbanos medievais. Veja-se, da autora, *ob. cit.*, mapa da página 75.

¹⁰⁵ Era o caso de Ponte de Lima. Cf. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, XXXII-XXXVII.

sempre bom procurar a linha de muralha, pois esta, em muitos casos, delimitava a zona reservada a essa comunidade étnica ¹⁰⁶. O bairro judaico constituía, todavia, um autêntico microcosmos com a sinagoga ¹⁰⁷, o poço ¹⁰⁸ e os açougues onde se talhava a carne de acordo com as tradições, bem diferentes das dos cristãos ¹⁰⁹. A identidade deste espaço resultava também da presença de gentes de vestuário e fala distinta e de um quotidiano que encontrava no sábado o seu dia santificado.

Mas talvez o nosso companheiro de viagem fosse um emissário encarregado de trazer ao núcleo urbano notícias — uma declaração de guerra; o anúncio de um tratado de paz ¹¹⁰; de um casamento ou de um nascimento reais ¹¹¹ — ou documentos, quer estes fossem emanados pela administração central ¹¹², pelo rei ¹¹³, por outros concelhos ¹¹⁴ e até por particulares ¹¹⁵. No primeiro caso teria que dirigir-se ao centro da vila até encontrar a casa do concelho ¹¹⁶, onde comunicava as boas ou más notícias que o pregoeiro do concelho era depois encarregado de espalhar pelas ruas e praças da localidade ¹¹⁷. Se a sua bolsa trazia

¹⁰⁶ Era o que acontecia em Ponte de Lima (Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 9, 105-106), Porto (Maria José Pimenta Ferro Tavares, *ob. cit.*, 66-67), Lisboa (a judiaria da Alfama, vd. *idem*, 53), Santarém (Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 21) e Guarda (Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 31).

¹⁰⁷ Atente-se nos exemplos apontados por Maria José Pimenta Ferro Tavares e que são suficientemente elucidativos. Cf. da autora, *ob. cit.*, o capítulo I — Comunas e judiarias.

¹⁰⁸ Cf. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 106.

¹⁰⁹ As judiarias mais importantes podiam ainda incluir balneários, hospital, estalagem, cadeia. Cf. Maria José Ferro Tavares, *ob. cit.*, 47.

¹¹⁰ Assim aconteceu com a notícia das pazes com Castela de 1432, que chegou ao Porto através de uma carta do rei e da presença do seu moço de estrebaria, Nuno Gonçalves. Cf. *Vereações. 1431-1432*. livro I, Porto, 1985, 93-94.

¹¹¹ Iria Gonçalves refere que a vila de Loulé foi avisada do nascimento do primeiro filho de D. Afonso V por um moço de estrebaria do infante D. Henrique. Veja-se, da autora, «Despesas da Câmara Municipal de Loulé...», 193.

¹¹² Os contactos entre os concelhos e a administração central eram contínuos e pode dizer-se que havia um vaivém de emissários nos dois sentidos. Veja-se o caso do Porto, que tinha um troteiro exclusivamente dedicado a essa actividade. Cf. *Vereações. Anos de 1401-1449...*, 134-135.

¹¹³ Consulte-se como um exemplo entre outros possíveis, *Actas das Vereações de Loulé...*, 101-103.

¹¹⁴ Atente-se ao caso referido por Iria Gonçalves, in *ob. cit.*, 188-189.

¹¹⁵ Veja-se a correspondência trocada entre o concelho de Mós de Moncorvo e Fernão Vaz de Sampaio. Cf. José Marques, «A Administração Municipal de Mós de Moncorvo, em 1439», sep. de *Brigantia — Revista de Cultura*, Bragança, 1985, 25.

¹¹⁶ A localização da casa do concelho bem como a sua morfologia eram variáveis. Tanto podia localizar-se numa rua secundária, como era o caso de Ponte de Lima (Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 27), como na praça principal, como acontecia na Guarda (Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 31). Da mesma maneira tanto poderia ser um edifício modesto como a câmara de Loulé (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 190) como uma construção de certo requinte como no Porto (Veja-se um documento de 1443 contido no *Livro B* da cidade do Porto e que J. A. Pinto Ferreira transcreve in *Vereações. Anos de 1390-1395...*, 254-258 (nota n.º 1).

¹¹⁷ Veja-se apenas como exemplo entre outros, *Vereações. Anos de 1401-1449*, 349.

documentos, o seu destino podia variar: ou a casa do concelho, ou o castelo onde residia o alcaide ou então o edifício — por vezes era uma das próprias torres da muralha — onde se tinha instalado a sede do almoxarifado¹¹⁸ ou o tribunal.

Por outro lado, podia tratar-se de um habitante do termo que demandava o núcleo urbano para solver fintas e talhas concelhias¹¹⁹ ou para colaborar nas obras da muralha e/ou na sua limpeza¹²⁰. Podia também vir pagar ao proprietário da renda da terra que ocupava¹²¹ ou então pôr uma demanda judicial. Objectivos que correspondiam a destinos diversos, que iam da casa do concelho ao eirado da muralha, da casa de um particular à sede de uma instituição religiosa, passando pela morada do juiz ou do almoxarife. Trajectos que, uma vez passado o espanto da primeira vez, se tornavam familiares, fazendo-o entender-se através das ruas e ruelas e chegar rapidamente e sem enganos ao seu destino.

Às vezes o visitante não era um simples anónimo, mas sim uma personalidade ilustre: um dignitário eclesiástico¹²², um grande senhor laico¹²³ ou até o próprio rei¹²⁴. Não teria, porém, de procurar o seu caminho, mas sim de seguir direcções que lhe eram apontadas por caminhos cobertos de ramagem e flores e ladeados por casas que ganhavam a vivacidade e a cor dos seus enfeites e pela presença de uma massa de gente ruidosa e animada¹²⁵. O seu itinerário — que percorria as ruas importantes da localidade¹²⁶ — terminava na igreja matriz,

¹¹⁸ Convém notar que só alguns núcleos urbanos eram «cabeça» de almoxarifado. Consulte-se o mapa das sedes de almoxarifado, in A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV...*, 301.

¹¹⁹ Veja-se, como um exemplo, *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV*, 61.

¹²⁰ A prestação da anúdua era uma sobrecarga frequentemente exigida aos povos. Atente-se, e apenas como um exemplo, Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 9-10. A limpeza das muralhas pelas gentes do termo era normal e acentuava a sua posição secundária perante os habitantes da sede concelhia. Cf. *Idem*, 108.

¹²¹ Como um exemplo do interesse das instituições religiosas sediadas nos núcleos urbanos pelas terras agrícolas das redondezas, veja-se o estudo de Bernardo Vasconcelos e Sousa sobre a propriedade das albergarias de Évora (*ob. cit.*, 75-90, e o capítulo A administração do património). Para particulares vejam-se os dois casos cartografados por Rita Costa Gomes, in *ob. cit.*, 118 e 129.

¹²² Foi o caso do arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, que no exercício da sua actividade pastoral visitou Guimarães, Viana, Ponte de Lima, Chaves e Lamego. Vd. José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, diss. dout. dact., Porto, 1981, vol. I, 58 a 136.

¹²³ Atente-se ao caso das visitas do duque de Bragança e seus familiares a Guimarães. Cf. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 82-83.

¹²⁴ Sobre as visitas régias a cidades veja-se Ana Maria Alves, *As Entradas Régias Portuguesas*, Lisboa, s./d., 11-24, e o caso específico de Guimarães analisado por Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 82.

¹²⁵ Vd. Ana Maria Alves, *ob. cit.*, 14-15.

¹²⁶ Vd. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 81-87, e Jean-Pierre Leguay, *La Rue au Moyen Âge...*, 189-193.

na sé, no paço ou no castelo ¹²⁷, onde o esperavam cerimoniais e folguedos que faziam dessa visita uma data inesquecível para todos os que a ela assistiam ¹²⁸.

Mas se o visitante ilustre podia beneficiar da imagem única de uma paisagem urbana em festa, o mesmo não acontecia com o vulgar forasteiro a quem era oferecido o rosto quotidiano da vila ou cidade, sem o disfarce de enfeites temporários. Podia assim conhecer melhor a topografia urbana, onde reconhecia soluções familiares e apercebia-se da morfologia exterior das diferentes construções. Porque, para chegar a qualquer dos destinos que temos vindo a enunciar, tinha que atravessar grande número de ruas, ruelas e praças da localidade. Avancemos então.

As artérias medievais eram quase sempre estreitas e sinuosas ¹²⁹, ainda sem pavimentos ou passeios que evitassem as lamas invernosas ou as poeiras de Verão ¹³⁰. Ruas que viam o seu espaço diminuído pela irregular distribuição das fiadas compactas de casas ¹³¹, que projectavam balcões e sacadas ¹³² sobre a via pública, impedindo tantas vezes o passante de ver o fim da rua. Os passadiços, bastante frequentes, tornavam-na mais escura e sombria, dificultando, em certos casos, a passagem de homens a cavalo ou de carroças com cargas elevadas ¹³³. Ruas onde se acumulavam imundícies ¹³⁴, por onde escorriam águas fétidas ¹³⁵ e por onde circulavam, em perfeita convivência, homens, cães, galinhas, patos e até porcos ¹³⁶. Um cenário tão familiar ao nosso companheiro que não lhe causava qualquer estranheza. Não podia contudo deixar de apreciar as tentativas da vereação para melhorar as condições de salubridade do núcleo urbano ¹³⁷. Com efeito, e apenas para citar um exemplo, a instituição do aviso de «água vai!» ajudou o passante a poupar o incómodo de uma molha indesejada e mal-cheirosa... ¹³⁸.

¹²⁷ Sobre o destino destes visitantes ilustres e sua evolução nos finais da Idade Média leia-se Ana Maria Alves, *ob. cit.*, 15.

¹²⁸ Idem, *ibidem*, e Iria Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, ..., 30-31, e também ainda desta autora «Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média», in *1383-1385 e a Crise Geral*..., 61.

¹²⁹ Jean-Pierre Leguay, *ob. cit.*, 11; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 69 e 71, e Iria Gonçalves, «Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa», in *Estudos Medievais*, n.º 7, Porto, 1986, 157.

¹³⁰ Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 167, e Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 39-40.

¹³¹ Jean-Pierre Leguay, *ob. cit.*, 35, e Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 158.

¹³² Vd. Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 158, e Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 74.

¹³³ Veja-se, como um exemplo entre outros, o apontado por Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 38.

¹³⁴ Vejam-se os exemplos que podem ser encontrados em Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 160, e *Vereações. Anos de 1401-1449*..., 73 e 184.

¹³⁵ Veja-se, e apenas como exemplo, *Vereações. Anos de 1401-1449*..., 73.

¹³⁶ Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 163.

¹³⁷ Vejam-se, como exemplos, *Vereações. Anos de 1390-1395*..., 53 e 424-425, e *Vereações. Anos de 1401-1449*..., 184.

¹³⁸ Vd. Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 162-163.

O olhar do viajante percorria as construções que ladeavam o seu caminho e notava o ar deteriorado de muitas delas ¹³⁹, o que o levava a pensar que as cidades e vilas medievais eram um imenso e permanente espaço em construção, pois havia sempre reparações a fazer e/ou pardieiros a recuperar ¹⁴⁰. Saberria também reconhecer a abundante e generalizada utilização de madeira nos edifícios bem como o aproveitamento de materiais de fácil obtenção regional e/ou local. Apercebia-se decerto da fragilidade dessas construções que os escombros de um qualquer incêndio recente recordavam ¹⁴¹. Casas pardas, de telhados de colmo ¹⁴² e às vezes de telha ¹⁴³, com poucas aberturas e sem o brilho transparente das vidraças ¹⁴⁴. Um quadro que nos parece pobre mas que o homem medieval, habituado à modéstia das habitações camponesas, considerava de excelente qualidade ¹⁴⁵.

Deste panorama destacavam-se naturalmente algumas casas de maiores dimensões, feitas em pedra — ou pelo menos utilizando mais quantidade desse material ¹⁴⁶ —, às vezes com uma escada exterior, uma varanda, um alpendre ¹⁴⁷, e em casos especiais com uma torre que as aproximava do tipo de habitação senhorial ¹⁴⁸. Pertenciam às famílias locais de condição económica mais desafogada, e se por um lado marcavam diferenças sociais entre os homens ¹⁴⁹, por outro constituíam referências na paisagem urbana.

Mas de uma maneira geral, as fachadas destas habitações eram estreitas ¹⁵⁰ e não era frequente ultrapassarem a altura de um rés-do-chão e primeiro andar ¹⁵¹. Em artérias mais congestionadas, em que o problema da falta de espaço era mais notório,

¹³⁹ Vejam-se as considerações de Bernardo Vasconcelos e Sousa, in *ob. cit.*, 98, e o exemplo inserido in *Vereações. Anos de 1401-1449*, ..., 33.

¹⁴⁰ Veja-se o que ficou registado sobre uma rua do Porto num dos seus livros de vereações e que é bem elucidativo dessa situação: «Acordarom que porquamto as cassas que estam na Rua dos Mercadores querem cayr e porque poderyam perecer algua jente per seu azo que se derrubasem...», in *Vereações. 1431-1432*, Livro 1 ..., 108-109.

¹⁴¹ Vd. *Vereações. Anos de 1390-1395...*, 58 e 416-417.

¹⁴² Veja-se, como um exemplo entre outros, José Marques, «A Confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)», in *Revista da Faculdade de Letras — História*, Porto, 1984, 90.

¹⁴³ Veja-se, como um exemplo, Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 98.

¹⁴⁴ Vd. Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 156.

¹⁴⁵ Vd. Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 156.

¹⁴⁶ Também Arlette Higounet-Nadal refere uma maior utilização de pedra nas casas dos «notáveis» de Périgueux. Veja-se, da autora, *Périgueux aux XIV^e et XV^e siècles. Étude de démographie historique*, Bordeaux, 1978, 71.

¹⁴⁷ Vd. Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 74-75.

¹⁴⁸ Casas-torres referenciadas por Manuela dos Santos Silva para Óbidos (*ob. cit.*, 130) e por Amélia Aguiar Andrade para Ponte de Lima (*ob. cit.*, 49-50, e respectivas notas).

¹⁴⁹ Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 50, e Arlette Higounet-Nadal, *ob. cit.*, 71.

¹⁵⁰ Veja-se como especialmente significativo o quadro das dimensões e áreas de casas e suas dependências construídas, inserido por Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 101-105.

¹⁵¹ Vd. A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa* ..., 67.

as casas podiam crescer em altura ¹⁵², propiciando a manutenção da família unida mesmo depois do casamento dos filhos ¹⁵³. Através das portas e janelas, entreabertas para deixar passar a luz ¹⁵⁴, o viajante podia notar que estas casas se estendiam longitudinalmente em direcção às traseiras ¹⁵⁵ onde, se fosse convidado a entrar, encontrava uma pequena horta, às vezes também um jardim e mais raramente algumas árvores de fruto ¹⁵⁶. Sinais da presença do campo no mundo urbano, da alma de camponês que sobrevivia ainda em cada habitante de vila ou cidade e que o fazia, como analisámos anteriormente, continuar a cultivar pequenas parcelas hortícolas e a manter espaços verdes no interior da muralha.

A rua medieval não era apenas uma via de circulação rodeada de habitações. A rua era o cenário do labor quotidiano, o que lhe conferia entre o nascer do Sol e o toque das nove horas uma identidade própria que atribuía a cada artéria uma fascinante individualidade. Com efeito, através das portas abertas das casas ou mesmo à soleira delas podia o viajante observar homens e mulheres irmanados no seu trabalho, tecendo, cortando, talhando, cosendo ou martelando e, como era inevitável, rindo, conversando, cantando e, nos dias piores, lamentando-se ¹⁵⁷. Pelas suas mãos passavam os rijos couros, os tecidos grosseiros, as finas escarlatas, o brilho da prata ou o fulgor do ouro ¹⁵⁸. O resultado do seu labor multiplicava-se em peças de vestuário de coloridos tecidos, em utensílios de madeira ou metal, em couros talhados ao gosto mais recente e que eram expostos em bancadas e tabuleiros à porta da casa-oficina ¹⁵⁹. Os sons do trabalho misturavam-se com os pregões das mercadorias e também com o cheiro a novo dos couros e tecidos e sobretudo com as cores brilhantes e os odores penetrantes dos produtos alimentares. Assim, os quarteirões comerciais, que marcavam o «coração» da urbe, distinguiam-se menos pelas suas características topográficas e/ou arquitectónicas do que pelo bulício das gentes que aí trabalhavam ou pela animação e diversidade dos que aí acorriam.

Este mundo do trabalho não era tão caótico como a multiplicidade de ruídos, cheiros e cores que dele emanava. Passagens por outras cidades e vilas tinham ensinado ao forasteiro a entender-se e a saber guiar os seus passos quando queria algo específico. Sabia que nas ruas importantes, nas mais propícias à passagem de viajantes, podia encontrar toda a sorte de comércio, especialmente aquele que não

¹⁵² Vd. Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 156.

¹⁵³ Vd. Fernando Lopez Alsina, *ob. cit.*, 59.

¹⁵⁴ Vd. Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 156.

¹⁵⁵ Veja-se o quadro referido na nota n.º 150.

¹⁵⁶ Veja-se, e apenas como um exemplo, Manuela dos Santos Silva, *ob. cit.*, 128.

¹⁵⁷ Rita Costa Gomes chama a atenção para esta função de local de trabalho que adquiria o andar térreo das casas urbanas. Cf., da autora, *ob. cit.*, 71.

¹⁵⁸ Vd. *Livro das Leis e Posturas ...*, *passim*.

¹⁵⁹ Vd. Iria Gonçalves, *ob. cit.*, 159, e *Vereações. Anos de 1401-1449 ...*, 77.

esgotava a sua possível clientela na população intramuros, como acontecia com os alfaiates, os sapateiros, os ourives, os marceneiros, entre outros¹⁶⁰. Os ofícios da alimentação, mais dirigidos para quem habitava o núcleo urbano, preferiam as artérias secundárias, libertando assim o passante do horror suplementar do fétido espectáculo das reses mortas ou em agonia, dos carnicheiros sujos de sangue ou do mau cheiro das peixeiras¹⁶¹. Uns e outros procuravam a proximidade da água: as peixeiras na Ribeira, enquanto as carnicarias se alojavam nas cercanias da fonte ou poço da localidade¹⁶².

Os ferreiros (e os outros ofícios do metal) precisavam de espaço e água e deveriam, além disso, ser pouco apreciados como vizinhos devido ao constante barulho do bater dos metais e o risco de incêndio devido à proximidade das forjas. Para encontrá-los havia que procurar uma zona periférica, de preferência na proximidade da Ribeira¹⁶³.

Mas, neste momento, quase parece que o nosso companheiro de viagem se deixou encantar por tudo aquilo que o rodeia e que o leva a considerar o mundo urbano verdadeiramente fascinante. Há que fazê-lo prosseguir a jornada até chegar ao centro da localidade, isto é, à praça. Geralmente de forma rudimentar, constituía sempre o local onde melhor se podia sentir o palpitar da vida urbana.

Esse espaço restrito, acanhado para os nossos padrões actuais, funcionava como um espaço de convívio social, onde se trocavam notícias e boatos, onde se podia mandar redigir um documento¹⁶⁴, onde podia ter lugar uma reunião dos homens bons¹⁶⁵. Onde se comprava e se vendia¹⁶⁶. Onde tinham lugar representações teatrais¹⁶⁷ e largadas de touros¹⁶⁸. Onde decorriam procissões¹⁶⁹ e também onde se podia rezar, pois em cada praça não deixava de estar sempre a silhueta tutelar de uma igreja¹⁷⁰.

Uma vez visitada a praça, o forasteiro podia abandonar a cidade ou vila, pois o mundo urbano já tinha desvendado perante os seus olhos todos os seus segredos

¹⁶⁰ Cf. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 89 e 92.

¹⁶¹ *Idem*, 94.

¹⁶² O que provocava frequentemente o emporcalhar das águas das fontes e poços públicos. Cf. *Vereações. Anos de 1390-1395 ...*, 145-146.

¹⁶³ Vd. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 92 e 94.

¹⁶⁴ *Idem*, 110.

¹⁶⁵ Vd. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 120-121 (nota n.º 122).

¹⁶⁶ Veja-se o caso da Guarda cartografado por Rita Costa Gomes, in *ob. cit.*, 51.

¹⁶⁷ Vd. A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, 206.

¹⁶⁸ Vd. Iria Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade de século XV ...*, 31.

¹⁶⁹ Maria da Conceição Falcão Ferreira, ao indicar as procissões que se realizavam em Guimarães, refere que estas atravessavam a artéria mais importante e também o largo onde se situava a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira. Veja-se, da autora, *ob. cit.*, 121 (nota 123).

¹⁷⁰ Atente-se aos exemplos cartografados por Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 35, e Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, 51.

e vantagens. Era já tempo de virar as costas e retomar o caminho de saída, constatando ainda, e conforme os seus passos se afastavam do centro, que algumas artérias secundárias, que partiam daquela que calcorreava, deixavam adivinhar um outro espaço urbano, feito de silêncios, de áreas de armazenamento¹⁷¹ e de residências de clérigos ou de membros das *élites* urbanas que dispunham do dinheiro que comprava essa tranquilidade.

Quando ultrapassou a porta de saída, o forasteiro levava os olhos cheios de sugestivas imagens e os ouvidos plenos de sons. O coração, esse, estava já desejoso de voltar. O mundo urbano tinha-o conquistado. E definitivamente.



Uma vez terminada a jornada e em jeito de breve conclusão podemos constatar que a topografia dos núcleos urbanos medievais apresentava uma matriz comum. Mais clara nos primeiros tempos do seu crescimento ou nas localidades de menor dimensão tornava-se, todavia, mais complexa e obscura conforme se processava o adensamento da malha urbana. Era sempre possível, no entanto, reconhecer a importância e a permanência de elementos da paisagem urbana como o castelo, a muralha, as portas ou as igrejas, que funcionavam como pólos de ordenação da ocupação humana e conseqüentemente das artérias da localidade. Sendo os núcleos urbanos centros transformadores e distribuidores de produtos, tornava-se inevitável que estas funções condicionassem também a paisagem urbana.

Parede/Maio/1988

¹⁷¹ Vd. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, 99.